

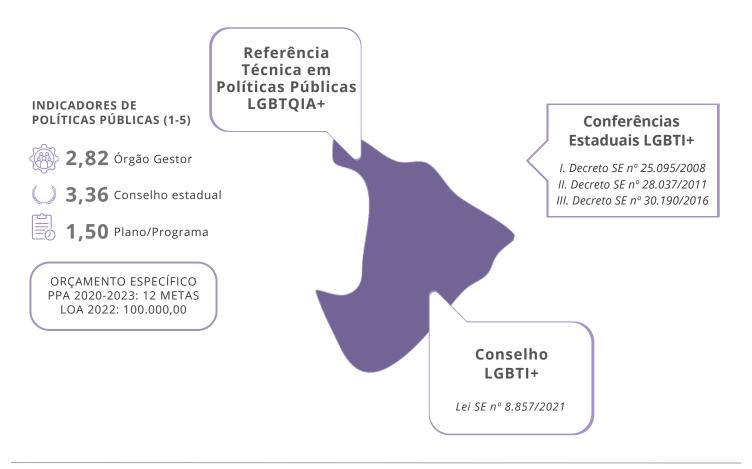
# **SERGIPE**



PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM ADVOCACY PARA A CIDADANIA LGBTI NOS PODERES EXECUTIVOS ESTADUAIS

### MAPA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

POLÍTICAS MATRICIAIS



#### OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE CONTROLE

## **MPSE**



Comissão de Promoção dos Direitos de Léstbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

### **DPSE**



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

### **PCSE**



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

# **TJSE**



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

## **ALSE**



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.













# **SERGIPE**



PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM ADVOCACY PARA A CIDADANIA LGBTI NOS PODERES EXECUTIVOS ESTADUAIS

### LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS



Decreto SE nº 24.375, de 04 de maio de 2007: Constitui, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, Comissão Integrada de Trabalho Técnico para implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Prevenção e Combate à Homofobia, e dá providências correlatas.



Lei SE nº 6.431, de 25 de junho de 2008: Institui no Estado de Sergipe, o Dia Estadual de Combate à Homofobia, e dá outras providências correlatas.



Decreto SE 30.374, de 30 de setembro de 2016: Dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social das pessoas travestis e transexuais nos atos de registro e de atendimento relativos a serviços públicos, prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual, regulamenta a expedição da Carteira de Identidade Social, e dá outras providências.









